



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO DO ESTADO DA BAHIA

Salvador, 04 de abril de 2023.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como finalidade a Contratação de empresa prestadora de serviços de aluguel de auditório, para o Encontro Nacional dos Conselhos Regionais de Educação Física (ENAC), com capacidade para 80 pessoas, com inclusão de serviço de almoço (buffet), coffe break nos intervalos com bebidas (café e água) e 400 (quatrocentos) salgados (200 pãezinhos delícia com recheio, 100 croquetes com recheio de camarão, 50 croquetes com recheio de carne e 50 croquetes com recheio de frango), serviço de sala e aluguel de equipamento de audiovisual, nos termos abaixo definidos.

1.2. O valor do aluguel do auditório e equipamento de audiovisual deverão estar inclusos;

1.3. O serviço de almoço com, no mínimo, 2 (duas) opções de pratos, incluindo água, suco de frutas e refrigerantes, deverá também estar incluso no valor da proposta.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 Considerando obrigatório os cumprimentos dos preceitos legais e norteadores da função Administrativa, notadamente o da transparência e economicidade;

2.2 O presente termo tem por objeto o aluguel de espaço devidamente estruturado para realização de evento do Conselho Regional de Educação física da 13ª Região da Bahia;

2.3 Para realização do evento faz-se necessário o aluguel de auditório devidamente estruturado e equipamento de audiovisual completo;

2.4. Considerando que o CREF13/BA não conta atualmente com infraestrutura necessária para realização de eventos desses jaezes, concernentemente a espaços, equipamentos de áudio e vídeo, mão-de-obra e gêneros alimentícios, torna-se necessária a contratação.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. **Item 1** - Aluguel de auditório do período das 18h às 21h do dia 20/10/2023 e aluguel da diária das 08h Às 17h do dia 21/10/2023, com espaço suficiente para realização do evento e disponibilidade de equipamento de audiovisual.

- A abertura do evento ocorrerá no dia 20/10/2023, tem horário previsto das 18h às 21h.
- O evento ocorrerá dia 21/10/2023, tem horário previsto para começar às 08h e finalizar as 17h.
- O auditório deverá comportar 80 pessoas, com cadeiras confortáveis e mesa diretora de centro para 8 (oito) palestrantes;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO DO ESTADO DA BAHIA

Salvador, 04 de abril de 2023.

- Deverá ser disponibilizado púlpito e porta bandeira;
- Os equipamentos de áudio e vídeo deverão ser disponibilizados durante todo o período da locação, devendo ser disponibilizado:
 - a) 01 (um) projetor multimídia, tipo datashow, inclusos cabos adaptadores, controle remoto e ponteira laser;
 - b) 01 (uma) tela de projeção, com tripé ou pendurada;
 - c) Microfone e todo o equipamento de áudio e vídeo pertinente à perfeita funcionalidade dos mesmos.

3.2. **Item 2 – Prestação de serviço de sala com Coffee Break para os dias 20/10/2023 e 21/10/2023, em ambos os dias deverá ter a disponibilização** de 400 salgados sendo, 200 pãezinhos de lúcia com recheio, 100 croquetes com recheio de camarão, 50 croquetes com recheio de carne e 50 croquetes com recheio de frango, 01 (um) galão de água mineral de 20 (vinte) litros, o qual deverá estar acoplado em bebedouro tipo coluna, com água gelada e água natural, 02 (duas) garrafas térmicas de café não adoçado de 1,8 litro cada. Deverão ser disponibilizados copos e colheres descartáveis apropriados, além de açúcar, adoçante e lixeira.

3.3. **O Coffee Break deverá ser disponibilizado nos intervalos que ocorrerem no dia 20/10/2023 e 21/10/2023, a ser definido junto à Superintendente do CREF13/BA;**

3.4. **Item 3 - Prestação de serviço de Almoço:** somente no dia 21/10/2023, das 12h às 14h, deverá ser fornecido serviço de almoço para 80 pessoas, em ambiente específico para o serviço, com os seguintes itens: 2 tipos de proteínas (preferência camarão e filé mignon ou de melhor qualidade), 2 tipos de saladas (crua/cozida), 3 guarnições, bebida (água, suco de frutas e refrigerantes).

O almoço deverá ser servido em formato de buffet com a disponibilidade de louça, talheres em metal e copos de vidro de boa qualidade, não descartáveis, em mesas com toalhas de pano, devendo ser disponibilizados gelo, açúcar, adoçante e guardanapos.

- Deverá haver a presença de pelo menos um responsável da contratada durante toda a prestação do serviço.

4 DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

4.1. Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante do CREF13/BA devidamente designado para esse fim, reservando-lhe o direito de rejeitar, mediante notificação, no todo ou em parte, a execução do objeto que vier a ser prestada em desacordo com o estabelecido neste instrumento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO DO ESTADO DA BAHIA

Salvador, 04 de abril de 2023.

- 4.1.1 A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.
- 4.1.2 O recebimento provisório e o definitivo do objeto deste Termo de Referência será feito pelo fiscal do contrato ou por pessoa designada pelo CREF13/BA.
- 4.2 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.
- 4.3 O fornecedor terá o prazo de até um dia útil para confirmação do recebimento da nota de empenho, através do e-mail: licitacao@cref13.org.br.
- 4.4 No caso da não confirmação exigida acima, será emitida certidão por servidor do setor solicitante, registrando a data do recebimento da nota de empenho pela licitante.
- 4.5 Durante a vigência do contrato, a Contratada deve manter preposto, aceito pela administração do Contratante, para representá-lo sempre que necessário.
- 4.6 Todas as requisições e/ou notificações trocadas entre as partes devem ser feitas por escrito, devidamente assinadas e enviadas por e-mail e por via postal, com prova de recebimento, passando a integrar o presente instrumento.
- 4.7 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato conforme disposto nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.8 Os representantes desta contratação anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, quando aplicável.
- 4.9 A fiscalização de que se trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da lei nº 14.133, de 2021.

5 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 5.1. Os serviços deverão ser prestados de forma impecável, dentro dos padrões de serviço de hotelaria e eventos solenes, devendo cumprir integralmente todos os requisitos aqui destacados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO DO ESTADO DA BAHIA

Salvador, 04 de abril de 2023.

6 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Além das obrigações legais e regulamentares, a CONTRATADA obriga-se a:

- 6.1 Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas.
- 6.2 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 6.3 Atender, por meio do preposto nomeado, qualquer solicitação por parte da fiscalização do contrato, prestando as informações referentes à prestação dos serviços, bem como as correções de eventuais irregularidades na execução do objeto contratado.
- 6.4 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo fiscal do contrato indicado pelo CREF13/BA, cujas obrigações deverá atender prontamente.
- 6.5 Permitir que a Contratante realize quantas visitas achar necessárias ao local, para garantir a prestação do serviço nos termos exigidos;
- 6.6 Garantir que o serviço será prestado exatamente nos termos exigidos, não podendo alterar a data do evento.
- 6.7 Solucionar e assumir os problemas que venham a surgir que possam afetar a qualidade da prestação do serviço;
- 6.8 Emitir faturas e/ou notas fiscais, relativa à prestação de serviço, contendo todos os dados necessários ao seu pagamento.
- 6.9 Enviar juntamente com a Nota Fiscal dos Serviços Prestados, as Certidões que comprovem a manutenção das condições exigidas no edital.
- 6.10 Comunicar ao CREF13/BA, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.
- 6.11 Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo CREF13/BA.
- 6.12 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do CREF13/BA, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato.
- 6.13 Substituir de imediato os empregados entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.
- 6.14 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do CREF13/BA.
- 6.15 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 6.16 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 6.17 Arcar e responsabilizar-se, com as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, assistência médica, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO DO ESTADO DA BAHIA

Salvador, 04 de abril de 2023.

que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda o CREF13/BA isento de qualquer vínculo empregatício.

6.18. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe assegurem e demais e legais para o exercício das atividades.

6.19. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.20. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CREF13/BA a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

6.21. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato e na legislação em vigor.

6.22. Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução do contrato.

6.23. Ressarcir à Administração, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da notificação da rejeição das justificativas, os prejuízos por ela causados, sob pena de glosa do valor da fatura pendente de pagamento.

7 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATANTE deverá:

7.1. Acompanhar e fiscalizar o perfeito cumprimento das obrigações do objeto e das demais cláusulas do Contrato, através de servidor especialmente designado.

7.2. Comunicar tempestivamente a CONTRATADA, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no decorrer da execução dos serviços, para a imediata adoção das providências de modo a sanar problemas eventualmente ocorridos.

7.3. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o estabelecido no Contrato.

7.4. Atestar as notas fiscais/faturas desde que tenham sido entregues como determina este contrato, verificar os relatórios apresentados: encaminhar as notas fiscais e/ou faturas, devidamente atestadas, para pagamento dentro do prazo determinado.

7.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre eventuais imperfeições, falhas, e demais irregularidades verificadas na execução dos procedimentos previstos neste Contrato de modo que possam ser adotadas medidas para correção do que for notificado.

7.6. Fornecer, em tempo hábil, todos os dados técnicos e informações de sua responsabilidade, necessários à execução do objeto do contrato.

7.7. Manter os entendimentos com a CONTRATADA sempre por escrito, ressalvados os casos determinados pela urgência das medidas, cujos entendimentos verbais deverão ser confirmados por escrito ou por e-mail, dentro de até 03 (três) dias Úteis, contados a partir da efetivação do entendimento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO DO ESTADO DA BAHIA

Salvador, 04 de abril de 2023.

7.8. Efetuar o pagamento no prazo e nas condições indicadas neste instrumento.

8 DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

8.1 O prazo para pagamento será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, juntamente com o boleto e certidões de regularidade.

8.2 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

8.2.1 O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

8.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.4 Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista (CNDT).

8.5 A Contratada deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

- a) Certidão de regularidade com a Seguridade Social;
- b) Certidão de regularidade com o FGTS;
- c) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

8.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.7 O pagamento será efetuado por meio de Boleto Bancário enviado pela Contratada.

8.8 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO DO ESTADO DA BAHIA

Salvador, 04 de abril de 2023.

8.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9 DAS PENALIDADES

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

9.1.1 Dar causa a inexecução parcial do contrato;

9.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.5 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.6 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.7 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.1.8 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO DO ESTADO DA BAHIA

Salvador, 04 de abril de 2023.

- 9.1.10 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.11 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.2.2 Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do empenho ou contrato de fornecimento, até o limite de 30 (trinta) dias, a partir do qual será considerada a inexecução total cumulada com a multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do empenho e rescisão contratual;

9.2.3 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

9.3 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao fornecedor;

9.4 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

9.5 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.6 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.7 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 13ª REGIÃO DO ESTADO DA BAHIA

Salvador, 04 de abril de 2023.

9.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.11 Em caso de não regularização da documentação exigida, após o decurso do prazo concedido pela CONTRATANTE, o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo de aplicação de multa de até 10% sobre o valor do empenho.

9.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas e publicadas no SICAF.

9.13 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

JULIANA PIMENTEL HOLTZ

Departamento de Licitações e Contratos
CREF13/BA